

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Notícias

Metrópoles

Tribunais de contas apontam desigualdades vividas por crianças no país

.....

juniortakamoto.com.br

Tribunais de contas apontam desigualdades vividas por crianças no país

.....

MNegreiros

Tribunais de contas apontam desigualdades vividas por crianças no país

.....

Pederneiras de Fato

Primeira infância: Tribunais de contas apontam desigualdades vividas por crianças no país

.....

Tribunais de contas apontam desigualdades vividas por crianças no país

Em um instrumento para orientar e fiscalizar as políticas públicas voltadas à primeira infância, tribunais de contas lançaram "A Primeira Infância e os Tribunais de Contas: Desigualdades". O livro mostra dados sobre a invisibilidade social das crianças indígenas, quilombolas e com deficiência; as desigualdades regionais no acesso a creches, escolas, vacinação e saneamento básico.

A publicação aponta ainda a insegurança alimentar vivida por meninas e meninos e outros desafios para a vivência plena da primeira infância. A obra foi lançada pelo Instituto Rui Barbosa (IRB) e pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE/GO) no Instituto Serzedello Corrêa, do Tribunal de Contas da União (TCU) . "Ainda há um longo caminho a percorrer. Este livro nos faz refletir sobre as desigualdades que se impõem desde os primeiros anos de vida", disse o presidente do IRB, conselheiro Edilberto Lima.

Entre os apontamentos da obra, está o levantamento de que, em 15 estados brasileiros, mais de 60% das crianças vivem em lares de baixa renda. Entre as 27 unidades da Federação, o pior índice, segundo os últimos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), está no Maranhão, com 78,25% das crianças em lares de baixa renda.

Educação

Para ter uma ideia da realidade brasileira, na Região Norte, mais de 70% das crianças entre zero e seis anos inscritas no Cadastro Único (de família com renda mensal per capita de até meio salário mínimo, equivalente a R$ 660) nunca frequentaram uma creche ou escola.

No Brasil, o acesso à educação infantil é um direito assegurado pela Constituição de 1988. Pelos dados compilados no livro, os tribunais de contas apontam que o acesso e o investimento nessa fase educacional aumentaram ao longo dos anos. No entanto, o acesso ainda é desigual a depender da região, raça, localização.

Por isso, o livro traz uma série de recomendações para garantia dos direitos das crianças e um desenvolvimento adequado para as mais diversas realidades. São elas:

Acesso às creches : aumentar o número de vagas disponíveis em creches de qualidade, com instalações adequadas, materiais apropriados e profissionais capacitados, para todas as famílias com crianças de zero a 3 anos, que precisam e queiram creches para seus filhos; Pré-escola para todas as crianças : universalizar o acesso à pré-escola de qualidade para todas as crianças de 4 a 5 anos, o que é uma obrigação, por lei; Creches e pré-escolas decentes:

garantir em creches e pré-escolas instalações adequadas e próximas às residências das crianças, com infraestrutura completa para o desenvolvimento infantil seguro; Transporte escolar seguro: assegurar transporte escolar de qualidade para todas as crianças que precisam se deslocar até as escolas; Educadores qualificados: qualificar continuamente os diferentes profissionais de educação infantil e outros atores que trabalham com crianças, em parcerias as mais diversas, para capacitação em práticas pedagógicas para essa faixa etária; Inclusão: promover capacitação inclusiva para educadores e cuidadores, valorizando o afeto e as brincadeiras; Educação inclusiva: fomentar a educação inclusiva, criando ambientes seguros e eficazes para crianças com deficiência e/ou neurodivergentes; Várias infâncias: garantir o acesso às múltiplas infâncias, tais como as negras, indígenas, ribeirinhas, rurais, periféricas, entre outras, às políticas públicas para a garantia dos seus direitos.

Falta de infraestrutura

O levantamento de dados com recomendações também aponta que no Acre e no Amapá, por exemplo, quase metade da população sequer tem água potável. Em 12 estados, menos de 30% dos moradores têm acesso a esgotamento sanitário.

Durante evento de lançamento do livro, o ministro da Educação, Camilo Santana, reconheceu que o Brasil é um dos países mais desiguais do planeta. "Como podemos imaginar uma criança se desenvolver cognitiva e socialmente se ela não tem o que comer?", afirmou.

Leia também

Camilo ressaltou que a primeira infância é a fase mais importante para o desenvolvimento do ser humano. "O MEC sempre olhou muito para o ensino superior, mas agora vamos priorizar a educação básica", prometeu.

Segundo o presidente do IRB, Edilberto Pontes Lima, são muitas barreiras para o pleno desenvolvimento. Para ele, os dados revelados no livro mostram que as políticas públicas voltadas à primeira infância devem ter uma abordagem global, ou seja, devem envolver não só educação, mas saúde, saneamento básico, segurança.

"O IRB tem buscado, junto com os tribunais de contas, fortalecer e ampliar a capacidade de fiscalização e de indução de políticas públicas concretas para garantir que cada criança do país tenha a oportunidade de um futuro digno", afirmou.

Transformação

O presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), conselheiro Edilson Silva, reforçou que a pauta da primeira infância é prioridade para as cortes de contas brasileiras e que "os TCs devem ser instrumentos de transformação de vidas por meio das fiscalizações e da orientação dos gestores".

O livro A Primeira Infância e os Tribunais de Contas: Desigualdades também contém artigos do vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, do procurador-geral da República, Paulo Gonet, do ministro da Educação, Camilo Santana, de membros do Sistema Tribunal de Contas e de cientistas de renome internacional como James Heckman, Jack Shonkoff e Charles Nelson III.

São 276 páginas que ilustram o impacto das desigualdades na primeira infância e a atuação dos tribunais de contas na disseminação de boas práticas. Confira a publicação.

No final dela, há diversas recomendações para a redução das desigualdades, com estratégias voltadas ao fortalecimento de políticas intersetoriais, investimento em educação infantil, saneamento básico e infraestrutura.

Receba notícias do Metrópoles no seu Telegram e fique por dentro de tudo! Basta acessar o canal de notícias no Telegram .

Tribunais de contas apontam desigualdades vividas por crianças no país

Em um instrumento para orientar e fiscalizar as políticas públicas voltadas à primeira infância, tribunais de contas lançaram "A Primeira Infância e os Tribunais de Contas: Desigualdades". O livro mostra dados sobre a invisibilidade social das crianças indígenas, quilombolas e com deficiência; as desigualdades regionais no acesso a creches, escolas, vacinação e saneamento básico.

A publicação aponta ainda a insegurança alimentar vivida por meninas e meninos e outros desafios para a vivência plena da primeira infância. A obra foi lançada pelo Instituto Rui Barbosa (IRB) e pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE/GO) no Instituto Serzedello Corrêa, do Tribunal de Contas da União (TCU) . "Ainda há um longo caminho a percorrer. Este livro nos faz refletir sobre as desigualdades que se impõem desde os primeiros anos de vida", disse o presidente do IRB, conselheiro Edilberto Lima.

Entre os apontamentos da obra, está o levantamento de que, em 15 estados brasileiros, mais de 60% das crianças vivem em lares de baixa renda. Entre as 27 unidades da Federação, o pior índice, segundo os últimos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), está no Maranhão, com 78,25% das crianças em lares de baixa renda.

Educação

Para ter uma ideia da realidade brasileira, na Região Norte, mais de 70% das crianças entre zero e seis anos inscritas no Cadastro Único (de família com renda mensal per capita de até meio salário mínimo, equivalente a R$ 660) nunca frequentaram uma creche ou escola.

No Brasil, o acesso à educação infantil é um direito assegurado pela Constituição de 1988. Pelos dados compilados no livro, os tribunais de contas apontam que o acesso e o investimento nessa fase educacional aumentaram ao longo dos anos. No entanto, o acesso ainda é desigual a depender da região, raça, localização.

Por isso, o livro traz uma série de recomendações para garantia dos direitos das crianças e um desenvolvimento adequado para as mais diversas realidades. São elas:

Acesso às creches : aumentar o número de vagas disponíveis em creches de qualidade, com instalações adequadas, materiais apropriados e profissionais capacitados, para todas as famílias com crianças de zero a 3 anos, que precisam e queiram creches para seus filhos; Pré-escola para todas as crianças : universalizar o acesso à pré-escola de qualidade para todas as crianças de 4 a 5 anos, o que é uma obrigação, por lei; Creches e pré-escolas decentes:

garantir em creches e pré-escolas instalações adequadas e próximas às residências das crianças, com infraestrutura completa para o desenvolvimento infantil seguro; Transporte escolar seguro: assegurar transporte escolar de qualidade para todas as crianças que precisam se deslocar até as escolas; Educadores qualificados: qualificar continuamente os diferentes profissionais de educação infantil e outros atores que trabalham com crianças, em parcerias as mais diversas, para capacitação em práticas pedagógicas para essa faixa etária; Inclusão: promover capacitação inclusiva para educadores e cuidadores, valorizando o afeto e as brincadeiras; Educação inclusiva: fomentar a educação inclusiva, criando ambientes seguros e eficazes para crianças com deficiência e/ou neurodivergentes; Várias infâncias: garantir o acesso às múltiplas infâncias, tais como as negras, indígenas, ribeirinhas, rurais, periféricas, entre outras, às políticas públicas para a garantia dos seus direitos.

Falta de infraestrutura

O levantamento de dados com recomendações também aponta que no Acre e no Amapá, por exemplo, quase metade da população sequer tem água potável. Em 12 estados, menos de 30% dos moradores têm acesso a esgotamento sanitário.

Durante evento de lançamento do livro, o ministro da Educação, Camilo Santana, reconheceu que o Brasil é um dos países mais desiguais do planeta. "Como podemos imaginar uma criança se desenvolver cognitiva e socialmente se ela não tem o que comer?", afirmou.

Leia também

Camilo ressaltou que a primeira infância é a fase mais importante para o desenvolvimento do ser humano. "O MEC sempre olhou muito para o ensino superior, mas agora vamos priorizar a educação básica", prometeu.

Segundo o presidente do IRB, Edilberto Pontes Lima, são muitas barreiras para o pleno desenvolvimento. Para ele, os dados revelados no livro mostram que as políticas públicas voltadas à primeira infância devem ter uma abordagem global, ou seja, devem envolver não só educação, mas saúde, saneamento básico, segurança.

"O IRB tem buscado, junto com os tribunais de contas, fortalecer e ampliar a capacidade de fiscalização e de indução de políticas públicas concretas para garantir que cada criança do país tenha a oportunidade de um futuro digno", afirmou.

Transformação

O presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), conselheiro Edilson Silva, reforçou que a pauta da primeira infância é prioridade para as cortes de contas brasileiras e que "os TCs devem ser instrumentos de transformação de vidas por meio das fiscalizações e da orientação dos gestores".

O livro A Primeira Infância e os Tribunais de Contas: Desigualdades também contém artigos do vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, do procurador-geral da República, Paulo Gonet, do ministro da Educação, Camilo Santana, de membros do Sistema Tribunal de Contas e de cientistas de renome internacional como James Heckman, Jack Shonkoff e Charles Nelson III.

São 276 páginas que ilustram o impacto das desigualdades na primeira infância e a atuação dos tribunais de contas na disseminação de boas práticas. Confira a publicação.

No final dela, há diversas recomendações para a redução das desigualdades, com estratégias voltadas ao fortalecimento de políticas intersetoriais, investimento em educação infantil, saneamento básico e infraestrutura.

Tribunais de contas apontam desigualdades vividas por crianças no país

Em um instrumento para orientar e fiscalizar as políticas públicas voltadas à primeira infância, tribunais de contas lançaram "A Primeira Infância e os Tribunais de Contas: Desigualdades". O livro mostra dados sobre a invisibilidade social das crianças indígenas, quilombolas e com deficiência; as desigualdades regionais no acesso a creches, escolas, vacinação e saneamento básico.

A publicação aponta ainda a insegurança alimentar vivida por meninas e meninos e outros desafios para a vivência plena da primeira infância. A obra foi lançada pelo Instituto Rui Barbosa (IRB) e pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE/GO) no Instituto Serzedello Corrêa, do Tribunal de Contas da União (TCU). "Ainda há um longo caminho a percorrer. Este livro nos faz refletir sobre as desigualdades que se impõem desde os primeiros anos de vida", disse o presidente do IRB, conselheiro Edilberto Lima.

Entre os apontamentos da obra, está o levantamento de que, em 15 estados brasileiros, mais de 60% das crianças vivem em lares de baixa renda. Entre as 27 unidades da Federação, o pior índice, segundo os últimos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), está no Maranhão, com 78,25% das crianças em lares de baixa renda.

Educação

Para ter uma ideia da realidade brasileira, na Região Norte, mais de 70% das crianças entre zero e 6 anos inscritas no Cadastro Único (de família com renda mensal per capita de até meio salário mínimo, equivalente a R$ 660) nunca frequentaram uma creche ou escola.

No Brasil, o acesso à educação infantil é um direito assegurado pela Constituição de 1988. Pelos dados compilados no livro, os tribunais de contas apontam que o acesso e o investimento nessa fase educacional aumentaram ao longo dos anos. No entanto, o acesso ainda é desigual a depender da região, raça, localização.

Por isso, o livro traz uma série de recomendações para garantia dos direitos das crianças e um desenvolvimento adequado para as mais diversas realidades. São elas:

Acesso às creches: aumentar o número de vagas disponíveis em creches de qualidade, com instalações adequadas, materiais apropriados e profissionais capacitados, para todas as famílias com crianças de zero a 3 anos, que precisam e queiram creches para seus filhos.

Pré-escola para todas as crianças: universalizar o acesso à pré-escola de qualidade para todas as crianças de 4 a 5 anos, o que é uma obrigação, por lei.

Creches e pré-escolas decentes: garantir em creches e pré-escolas instalações adequadas e próximas às residências das crianças, com infraestrutura completa para o desenvolvimento infantil seguro.

Transporte escolar seguro: assegurar transporte escolar de qualidade para todas as crianças que precisam se deslocar até as escolas.

Educadores qualificados: qualificar continuamente os diferentes profissionais de educação infantil e outros atores que trabalham com crianças, em parcerias as mais diversas, para capacitação em práticas pedagógicas para essa faixa etária.

Inclusão: promover capacitação inclusiva para educadores e cuidadores, valorizando o afeto e as brincadeiras.

Educação inclusiva: fomentar a educação inclusiva, criando ambientes seguros e eficazes para crianças com deficiência e/ou neurodivergentes.

Várias infâncias: garantir o acesso às múltiplas infâncias, tais como as negras, indígenas, ribeirinhas, rurais, periféricas, entre outras, às políticas públicas para a garantia dos seus direitos.

Falta de infraestrutura

O levantamento de dados com recomendações também aponta que no Acre e no Amapá, por exemplo, quase metade da população sequer tem água potável. Em 12 estados, menos de 30% dos moradores têm acesso a esgotamento sanitário.

Durante evento de lançamento do livro, o ministro da Educação, Camilo Santana, reconheceu que o Brasil é um dos países mais desiguais do planeta. "Como podemos imaginar uma criança se desenvolver cognitiva e socialmente se ela não tem o que comer?", afirmou.

Camilo ressaltou que a primeira infância é a fase mais importante para o desenvolvimento do ser humano. "O MEC sempre olhou muito para o ensino superior, mas agora vamos priorizar a educação básica", prometeu.

Segundo o presidente do IRB, Edilberto Pontes Lima, são muitas barreiras para o pleno desenvolvimento. Para ele, os dados revelados no livro mostram que as políticas públicas voltadas à primeira infância devem ter uma abordagem global, ou seja, devem envolver não só educação, mas saúde, saneamento básico, segurança.

"O IRB tem buscado, junto com os tribunais de Contas, fortalecer e ampliar a capacidade de fiscalização e de indução de políticas públicas concretas para garantir que cada criança do país tenha a oportunidade de um futuro digno", afirmou.

Transformação

O presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), conselheiro Edilson Silva, reforçou que a pauta da primeira infância é prioridade para as cortes de contas brasileiras e que "os TCs devem ser instrumentos de transformação de vidas por meio das fiscalizações e da orientação dos gestores".

O livro A Primeira Infância e os Tribunais de Contas: Desigualdades também contém artigos do vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, do procurador-geral da República, Paulo Gonet, do ministro da Educação, Camilo Santana, de membros do Sistema Tribunal de Contas e de cientistas de renome internacional como James Heckman, Jack Shonkoff e Charles Nelson III.

São 276 páginas que ilustram o impacto das desigualdades na primeira infância e a atuação dos tribunais de Contas na disseminação de boas práticas. Confira a publicação.

No final dela, há diversas recomendações para a redução das desigualdades, com estratégias voltadas ao fortalecimento de políticas intersetoriais, investimento em educação infantil, saneamento básico e infraestrutura.

[Metrópoles]

Source link

O post Tribunais de contas apontam desigualdades vividas por crianças no país apareceu primeiro em mnegreiros.com.

Primeira infância: Tribunais de contas apontam desigualdades vividas por crianças no país

Em um instrumento para orientar e fiscalizar as políticas públicas voltadas à primeira infância, tribunais de contas lançaram "A Primeira Infância e os Tribunais de Contas: Desigualdades". O livro mostra dados sobre a invisibilidade social das crianças indígenas, quilombolas e com deficiência; as desigualdades regionais no acesso a creches, escolas, vacinação e saneamento básico. A publicação aponta ainda a insegurança alimentar vivida por meninas e meninos e outros desafios para a vivência plena da primeira infância. A obra foi lançada pelo Instituto Rui Barbosa (IRB) e pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE/GO) no Instituto Serzedello Corrêa, do Tribunal de Contas da União (TCU). "Ainda há um longo caminho a percorrer. Este livro nos faz refletir sobre as desigualdades que se impõem desde os primeiros anos de vida", disse o presidente do IRB, conselheiro Edilberto Lima. No Brasil, o acesso à educação infantil é um direito assegurado pela Constituição de 1988. Pelos dados compilados no livro, os tribunais de contas apontam que o acesso e o investimento nessa fase educacional aumentaram ao longo dos anos. No entanto, o acesso ainda é desigual a depender da região, raça, localização.